

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Aos 28 dias do mês de abril de 1995 presidido pelo Dr. Silvio Caracas de Moura Júnior - Presidente do CAP, contando com a presença dos Conselheiros relacionados no Livro de Presenças, às 10:00 horas, no Centro Administrativo Taguaré reuniu-se ordinariamente o Conselho de Autoridade Portuária.

Na abertura dos trabalhos o Conselheiro Presidente notificou aos Srs. Conselheiros de que fora intimado, na condição de Presidente do CAP pela Justiça Federal, 8ª Vara de Curitiba para prestar informações em Mandado de Segurança impetrado por LIBRA - Linhas Brasileiras de Navegação S/A, com liminar concedida objetivando não pagar o Fundo Permanente de Dragagem.

Em razão disso o Presidente solicitou, conforme já havia feito em duas ações anteriores, o apoio da APPA a fim de que seu corpo jurídico prepare as informações que forem necessárias para fornecer ao Juízo e faça o acompanhamento necessário.

O Presidente considerou ser importante constar das alegações que o Fundo foi criado porque havia o risco do Porto perder suas funções como Porto por causa do rebaixamento do calado. E como existem dificuldades dos Governos - Federal e Estadual de aportarem recursos, a solução encontrada foi via o próprio sistema econômico portuário suprir essa lacuna.

Em aparte o Superintendente da APPA e Conselheiro informou que a avaliação inicial do jurídico do Porto que a causa em questão é ganha porque a firma entrou erradamente contra o CAP quando deveria ser contra a APPA. Na contestação o endereço será modificado e a APPA então fará a defesa.

Em seguida a ata da Reunião anterior foi aprovada com as seguintes ressalvas:

Da parte do Conselheiro Arivaldo Barbosa José, às folhas 09 onde se lê: "que os trabalhadores de Santos e Vitória ganham mais do que os de Paranaguá e que isso não pode ser a causa das dificuldades", leia-se: "os trabalhadores de Santos e Vitória ganham mais que os trabalhadores de Paranaguá em função

da diferença de valores pagos a título de EPI pois para fazer uma relação entre Santos e Paranaguá verifica-se uma diferença de mais de 600% e que isso não pode ser a causa das dificuldades".

A segunda ressalva foi feita pelo Conselheiro Presidente às folhas 05 onde se lê: "Porque o dinheiro não pertence ao Porto, não é gerido pelo Porto e deve ser administrado pelo CAP" leia-se: "Porque o dinheiro embora gerido pelo Porto, é sistematicamente monitorado pelo CAP".

Por solicitação do Conselheiro Arivaldo Barbosa José e assentimento do Sr. Presidente participou da reunião como convidado o Presidente em exercício do Sindicato dos Estivadores, Amauri Garcia.

Foram justificadas as ausências dos Conselheiros José Carlos Gomes de Carvalho e José Luiz Boabaid, todas através de expediente.

Não justificou sua ausência o Conselheiro Carlos Roberto Frioli.

Expediente

- Resolução nº 001/95 - CAP: Foi aprovado o teor da Resolução nº 001/95 alterando o Fundo Permanente de Dragagem para Fundo de Dragagem e Apoio à Segurança da Navegação.

Ata da Reunião Extraordinária

Ficou decidido que a Ata da Reunião Extraordinária seria discutida na próxima Reunião Ordinária do Conselho.

Ordem do Dia

1. Relatório Gerencial da APPA

O Superintendente da APPA, Conselheiro José Anibal Petraglia ao falar de seu relatório solicitou que fosse modificada a denominação de Relatório Gerencial da APPA para Relatório de In

formações de Atividades do Porto.

As informações da APPA corresponderão aquilo que foi feito de mais importante nos diversos setores da APPA no período.

Em abril, apesar das paralisações do Porto por greves, a APPA deverá apresentar um resultado positivo, disse o Conselheiro e que a APPA vem adotando algumas ações no sentido de manutenção corretiva dos equipamentos visando oferecer uma recuperação rápida e melhor atendimento dos Usuários, com isso reduzindo o número de horas paradas, e possibilitando melhor cadência na movimentação das cargas.

A APPA está implementando um sistema de manutenção preventiva, além de recuperação de equipamentos importantes como guindastes e o portainer, o ship-loader, empilhadeiras, etc.

O Superintendente informou ainda as providências adotadas para a melhoria da parte de informática da faixa portuária e conclusão da instalação da central telefônica para o Porto, e outras providências que têm por fim melhorar a operação portuária inclusive as que se relaciona com o TECON.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, referindo-se a quantidade expressiva do número de containeres que demandam ao Porto e o aumento dos pátios construídos para seu armazenamento nas imediações de acesso a Fábrica da Sadia e ao seu Terminal nº 02 de congelados está acabando com a faixa asfáltica, observou que isso traz uma certa preocupação.

Na continuação o Superintendente da APPA falou da deterioração dos guindastes e da ajuda que tem recebido dos setores ligados ao fertilizantes, especialmente o Sindadubos.

Sob o Porto de Antonina o Superintendente informou ter assinado o Contrato homologado pelo Governador do Estado relativo à Ponta do Felix para a construção de um Terminal de Congelados. Em seguida o Conselheiro Superintendente destacou providências relativas ao trânsito de veículos e pessoas tendo em vista a segurança e operacionalidade.

Foi informado ao CAP a assinatura por parte do Governador do Estado dos Convênios com a Diretoria de Hidrografia e Navegação destinado a fiscalização e orientação da dragagem do canal de Acesso e Bacia de Evolução dos Portos de Paranaguá e

Antonina.

Foram adotadas providências para a constituição do Conselho de Administração da APPA que existe por Lei mas que não estava funcionando.

O Superintendente anunciou também a criação da Comissão Local de Segurança Portuária cuja composição é a seguinte: APPA, Receita Federal, Polícia Federal, Capitania dos Portos cuja função é elaborar o Plano de Segurança dos Portos e outras providências na mesma direção. O Presidente da Comissão escolhido é o Superintendente da APPA e as reuniões serão realizadas trimestralmente.

O Presidente do CAP, diante da informação do Superintendente disse que se houver necessidade de ajustes que dêem base à segurança dos Portos, o CAP está disposto a apoiar e colaborar. O Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo disse de sua satisfação em verificar que a APPA está dando ênfase a questão nos Portos.

O Conselheiro Júlio Monteiro de Souza falou dos desvios que ele sabe existirem mas que eles estão numa faixa suportável de 007% e que ele aprendeu a conviver com o problema.

Na opinião do Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan o CAP deve dar todo apoio à Superintendência da APPA para que faça como pretende a Segurança dos Portos.

Na continuação o Superintendente disse que nas próximas reuniões informará ao CAP as providências da Comissão local de segurança Portuária.

Do que constou do Relatório Gerencial o Conselheiro Luiz Philippe de A.O. Figueiredo sugeriu que a APPA fizesse uma classificação na mercadoria movimentada explicitando o que é importação, exportação, a quantidade de containeres, etc., no sentido de, com esses dados, avaliar o desempenho de cada uma. O Conselheiro referindo-se à utilização de portainer na operação e seus problemas de funcionamento disse que sua preocupação decorria da imagem do Porto, posto que o desempenho na movimentação de container em Paranaguá não é condizente das necessidades.

o Superintendente da APPA reafirmou que a imagem do Porto é da mesma forma sua preocupação, mas que não há recursos para investir, tendo em vista inclusive as distorções tarifárias na movimentação de contêineres.

2. Regulamento de Exploração do Porto

O Presidente Silvio Caracas justificou as razões pelas quais são mantidas na pauta de discussões da "Ordem do Dia" os mesmos assuntos. Essa repetição se dá, inicialmente pela importância dos assuntos e em segundo porque enquanto eles não se esgotarem ou não for dada uma solução não há porque tirá-lo de pauta.

Em seguida o Sr. Presidente quis saber que tipo de dificuldades a Comissão do Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina está encontrando para concluir seus trabalhos e, novamente, foi explicado pela Conselheira e Coordenadora da Comissão, Maria do Socorro M. da Cruz que o trabalho está sendo feito em sintonia com a Diretoria de Desenvolvimento Empresarial da APPA e segundo seu Diretor há fatos novos a nível de Governo de Estado surgindo, naquilo que se relaciona com o item "Arrendamento de Áreas", e por isso o Porto não tem ainda uma posição para o Regulamento.

Na opinião da Conselheira, referendada pelos demais membros da Comissão é preciso existir entre as partes - APPA/CAP um pensamento uniforme, consentâneo com o que se vai regular e os interesses do Porto. Por enquanto esse ajuste não foi conseguido, apesar das inúmeras reuniões da Comissão.

Hoje, segundo o Conselheiro Superintendente existem inúmeras distorções no item "Arrendamento de Áreas" inclusive uma defasagem nos valores cobrados pela APPA.

Independente dessa constatação feita pela atual Administração o Tribunal de Contas do Estado comunicou ao Porto que tornava nulos todos os arrendamentos feitos pela APPA.

Concluindo, entende que esse assunto deve merecer cuidados e estudos.

O Conselheiro Júlio Monteiro de Souza começou sua participação

dizendo que "não tivemos no passado um gesto que indicasse de como o Porto iria operar em Paranaguá. Disse que o Porto de Paranaguá é híbrido. Ele é operador portuário, mas é também Porto Público e Autoridade Portuária. Para se criar um Regulamento é necessário saber afinal quem manda. Se a APPA vai querer ser operador portuário, ou se vai abrir mão para terceiros. Em segundo lugar, os equipamentos que o Porto tem dentro de sua área vai arrendar para os operadores portuários ou vai assumir isso e em terceiro, as facilidades que existirão: balizamento, pátios de containeres, retro-porto, etc., serão administrados pelo próprio Porto?"

Para se criar um Regulamento é preciso ter inicialmente, balizamentos, principalmente na área dos sindicalizados.

Já a preocupação dos que trabalham no retro-porto, é dentro da área do Porto público, se eles terão uma gerência ou uma ingerência. Alguns metros fora da área do Porto, como é que seria feita essa manifestação da mão-de-obra? Diretamente pelas empresas ou uma extensão do Porto?

Tudo isso depende da orientação que o porto vai dar.

Para o Presidente o Porto não tem como responder pelo menos num horizonte mais próximo se irá trabalhar como operador portuário ou se vai transferir para outros e completou dizendo que nas atuais condições não tem como o Porto deixar de ser Operador Portuário.

Para a Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz, reportando-se ainda ao Regulamento, "como o Porto não tem uma posição estratégica fica difícil definir os caminhos e que é preciso cuidados para que não se faça um regulamento deslocado das realidades.

3. Início da Operação pelos Operadores Portuários

O Presidente indagou do Conselheiro José Anibal Petráglio se existia alguma novidade e este respondeu que nomeou uma Comissão para atender o assunto e esse estudo já está em seu poder, todavia sua preocupação é se a entrada dos Operadores Portuários, sem restrições, a APPA não vai correr riscos. É uma decisão que cabe ao Governador ainda que com algumas linhas de

ação formuladas pela APPA.

Para o Presidente isso depende como a APPA encara a entrada dos operadores e que há muita gente hoje operando e que não foi filtrada na APPA. De qualquer forma mais cedo ou mais tarde essa entrada vai acontecer.

Hoje existe uma Comissão de infra-estrutura no âmbito do Governo Federal e o assunto de operação portuária está indo para a agenda do Presidente da República. Acha o Presidente que em 60 dias teremos novidade nessa área.

O Superintendente da APPA disse diante das alegações do Presidente do Conselho reafirmando a necessidade da entrada dos operadores portuários que ele ainda não está seguro, que tem dúvidas se no correr do tempo o Estado não será prejudicado principalmente a coletividade portuária. E que a Diretoria está estudando toda a questão.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan indagou de toda a movimentação da APPA qual o percentual dos Operadores que estão credenciados e qual a movimentação feita por não credenciados. Cerca de 95% foi a resposta.

A Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz em aparte disse que na verdade a APPA, na administração passada, não sabia se iria ser operador portuário e não se preparou. Não procurou saber dos impactos da presença do operador portuário e eles podem ser muito grandes.

Não é uma decisão simples - disse o Superintendente da APPA. Diante das considerações feitas, e das posições diferenciadas dos Conselheiros, Júlio Monteiro de Souza, do Bloco dos Usuário dos Serviços e Afins disse que é essa a dificuldade de regulamentar o Porto. Se ele for mal feito todos vão perder, se for bem feito alguns perderão menos. Se o Porto não der a linha mestra, o Porto vai quebrar. O Superintendente da APPA tem razão na sua preocupação, completou.

Para o Conselheiro Presidente a argumentação do Conselheiro não constitui uma verdade verdadeira e deu exemplos de outros Portos no mundo em que a autoridade portuária é apenas dona do terreno.

F1. 08

A Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz argumentou que o Operador segundo a Lei pode fazer tudo que a APPA faz hoje e essa é a preocupação.

O Presidente Caracas afirmou que a "gente" está com medo e que é preciso o exercício da falta de medo. Ninguém está com intuito destrutivo, pelo contrário, daí ser importante a entrada do Operador portuário.

Segundo o Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo a APPA é que está melhor estruturada para prestar o serviço.

O Superintendente da APPA disse que não é uma questão de receio é de responsabilidade com a estrutura.

A estrutura da APPA abriga 1.060 empregados e mais o arrumador e o Estado não tem como bancar isso e, que se ele se convencer de que isso não será afetado não tem problema.

O Conselheiro Carlos Antonio Tortato parabenizou-se com a posição do Superintendente pela prudência de sua posição e que a sua preocupação deve ser com os funcionários e a própria cidade que vive 70% do Porto.

Fica feliz com a posição do Superintendente porque se colocar o operador portuário em 6 meses teremos reflexos profundos nas administrações portuárias.

Para o Conselheiro Luiz phillippe de A.O. Figueiredo a preocupação com os portuários e arrumadores é importante porque eles podem ser afetados e isso deve ser considerado, mas para a comunidade de Paranaguá se hoje movimenta um volume de mercadoria com um guindaste e se amanhã a perspectiva de ao invés de um, oito guindastes, o benefício para comunidade será muito maior. Para ele reter esse processo todo enquanto a APPA não se prepara, toda a comunidade sai perdendo.

A Conselheira Maria do Socorro M. da Cruz, em aparte disse que o operador portuário não é obrigado a fazer investimentos. Que não está vendo nenhuma fartura de investimentos no Porto e que o que se percebe é uma "fartura" de assumir o que está pronto. Com raras exceções ninguém no

F1. 09

investiu e citou o caso da Sadia que tem investimentos pro dutivos.

Para o Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan já existe dentro da Lei o direito que tem APPA como administrador, o que pode e o que não pode fazer. Nessas condições não vvê problemas na entrada dos operadores.

4. A APPA e a Nova Safra

Dada a palavra ao Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos Diretor Técnico da APPA que relatou uma série de providências que culminaram com serviços de manutenção mecânica realizados com pessoal próprio nos Silos dos Corredores de Exportação com substituição de correias trans portadoras e licitação para esses serviços, inclusive dos redlers com arrasto de ferro.

Para o Conselheiro o maior problema e mais difícil de detectar, é o de cablagem dos Corredores.

A parte elétrica dos Corredores foi revisada inclusive providenciada a limpeza dos cabos sujos pelo uso. Da mes ma forma foram revisados os ship-loaders 1,2 e 3.

A balança de fluxo que não estava em operação está funcionando.

O Porto dentro de seu cronograma de manutenção espera trocar, até por medida de segurança, os redlers por estei ras transportadoras e ativar todo o sistema de coleta de pó, concluiu a explanação eminentemente técnica do Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradecendo a presen ça de todos encerrou a reunião e marcou a próxima para o dia 26.05.95, às 10:00 horas, na APPA, com a seguinte pauta:

Expediente

1. Leitura e aprovação da Ata da reunião Anterior
2. Outros assuntos

Ordem do Dia

1. Relatório Gerencial do Porto
2. Regulamento de Exploração do Porto
3. Negociação Capital/Trabalho
4. Início da Operação pelos Operadores Portuários
5. A APPA e a Nova Safra

A presente ata foi lavrada pelo Secretário Executivo do CAP, Ivany Marés da Costa, e após lida e aprovada vai assinada pe lo mesmo, pelo Presidente do CAP e demais Conselheiros que assinaram o Livro de Presenças a saber:

- Silvio Caracas de Moura Júnior
- Ivany Marés da Costa
- José Anibal Petráglio
- Lourenço Fregonese
- Carlos Antonio Tortato
- Luiz Ivan de Vasconcellos
- Nilson Viana
- Luiz Phillippe de A.O. Figueiredo
- José Silvio Gori
- Arivaldo Barbosa José
- Antonio Carlos Sonzato
- Antonio Jairo Matozo
- Carlos Oliveira da Velha Filho
- Wilson Moraes da Silva
- Maria do Socorro M. da Cruz
- Vilmar da Cruz Silva
- Pedrinho Antônio Furlan
- Júlio Monteiro de Souza
- José Roberto Almeida Correa
- Pedro Antonio Bueno de Camargo
- João Gilberto Cominese Freire